



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005978-96.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Serviços Profissionais**
 Requerente: **Luciano dos Reis**
 Requerido: **Francisco Carlos Isaac e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

Luciano dos Reis ajuizou ação pelo procedimento comum contra **Marcelo Benedito dos Santos, Aleide Moreira S. Braga e Francisco Carlos Isaac** alegando, em síntese, ter adquirido do primeiro réu o veículo VW/Gol 1.6, cor preta, ano/modelo 2004/2005, placas DIW 4948, cujo pagamento seria realizado da seguinte forma: (i) dação em pagamento do veículo de sua propriedade VW/Gol 1.000, da cor prata, ano/modelo 1994, placas BVS 1162, avaliado em R\$ 4.500,00; (ii) R\$ 5.000,00 no ato da compra em dinheiro; o restante do preço seria pago em 36 parcelas fixas e irredutíveis de R\$ 390,00, das quais foram adimplidas 28 parcelas. Para pagar as parcelas o autor efetuava depósito bancário no Banco Bradesco, na Conta Poupança nº 00127079-0; agência 0348, de titularidade de *Aleide Moreira S. Bragança*. Ocorre que em 15.02.2016, o autor e a sua ex-namorada, se envolveram numa discussão que terminou em agressão física, lavrando-se boletim de ocorrência. Nessa oportunidade, o autor deixou o seu veículo para trás temendo pela sua vida, evadindo-se do local. A ex-namorada ficou com a chave do veículo do autor, o qual preferiu ir embora para depois buscá-lo, quando os ânimos já estivessem mais calmos. Não obtendo sucesso, o autor procurou o primeiro réu, já que este tinha interesse nos fatos por ser o vendedor do veículo e ainda tinha parcelas a receber. Este último, então, exigiu que o autor procurasse os serviços do terceiro réu, advogado, para que fosse ajuizada uma ação de busca e apreensão. O autor compareceu ao escritório desse profissional e entregou todos os documentos que dispunha, inclusive os recibos de pagamento. Com o passar do tempo, o autor percebeu que o primeiro réu já estava na posse


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

do veículo, mas este se negou a lhe restituir o bem sob a alegação de que havia feito reparo na funilaria e o autor deveria custear estas despesas. Disse ter ido buscar explicações com o terceiro réu, seu advogado, o qual disse que fora desnecessário o ajuizamento da ação judicial e que o veículo era mesmo do primeiro réu. Justificou a inclusão da ré Aleide no polo passivo da ação por ter sido destinatária de depósitos realizados para pagamento do preço devido ao primeiro réu. Ante toda esta situação, o autor ajuizou a presente demanda, postulando o seguinte: contra o primeiro réu e a segunda ré, a devolução do veículo com a retomada do pagamento das parcelas faltantes, com pedido alternativo para rescisão do negócio e devolução das quantias pagas, além da indenização por danos morais; contra o terceiro réu (advogado), postulou a devolução dos documentos entregues, a restituição da quantia paga para ajuizamento da ação e indenização por danos morais. Juntou documentos.

Os réus foram citados e contestaram o pedido.

Francisco Carlos Isaac alegou, em preliminar, sua ilegitimidade passiva. No mérito, disse ter patrocinado os interesses do primeiro réu (Marcelo Benedito dos Santos) nos autos da ação de busca e apreensão com pedido de rescisão de contrato, autos nº 1007432-48.2016.8.26.0566, que tramitaram perante a Vara do Juizado Especial Cível desta comarca, ação esta movida contra o próprio autor. Disse que nessa ação foi deferida tutela provisória de urgência, determinando-se a busca e apreensão do veículo objeto do contrato de venda e compra celebrado entre as partes e, após cumprimento do mandado, com a entrega do bem ao primeiro réu, este e o autor celebraram um acordo para a rescisão do contrato, isentando-se o autor do pagamento de quaisquer multas ou despesas, com a devida anuência dele, o que foi homologado pelo juízo. Em razão da existência de danos no veículo apreendido, convencionou-se que o autor pagaria uma parte dos honorários profissionais do réu Francisco Isaac, o que justifica o recibo de fl. 26. Disse que o autor e seu patrono tentam alterar a verdade dos fatos, imputando práticas criminosas que não ocorreram, o que caracteriza litigância de má-fé. Por isso, pugnou pela improcedência. Juntou documentos.

Aleide Moreira da Silva requereu a retificação de seu nome, conforme documento apresentado. Alegou, em preliminar, a inépcia da petição inicial e falta de interesse processual. Aduziu que o autor omitiu na peça vestibular a existência de composição celebrada com o primeiro réu nos autos da ação que tramitou perante o Juizado


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Especial Cível e por isso deve ser condenado às penas da litigância de má-fé. Ainda, apresentou reconvenção, alegando não ser parte legítima para figurar no polo passivo, pois não celebrou contrato com o autor. No mérito, requereu a improcedência da demanda. Juntou documentos.

Marcelo Benedito dos Santos alegou, como preliminares, a inépcia da petição inicial, a falta de interesse processual, a existência de coisa julgada e a prescrição. No mérito, disse ter celebrado com o autor contrato de venda e compra do veículo VW/Gol 1.6, cor preta, ano/modelo 2004/2005, placas DIW 4948, sendo pagos no ato R\$ 1.940,00 e a diferença seria paga em 37 parcelas de R\$ 380,00, tendo o autor inadimplido referida obrigação. Ante a falta de pagamento, ajuizou ação contra o autor, obtendo decisão liminar de busca e apreensão do veículo objeto do negócio, o qual foi localizado numa funilaria. Após a apreensão do bem, as partes chegaram a um acordo, o qual foi submetido à apreciação do juiz, sendo homologado. Logo, não se justifica a atitude do autor, pois a composição foi celebrada de forma espontânea na ocasião e não há motivo para essa conduta do comprador, porque o negócio já foi rescindido e as partes se acertaram. Postulou a improcedência. Juntou documentos.

O autor apresentou réplica às contestações e os réus se manifestaram novamente.

É o relatório.
Fundamento e decido.

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois bastam os documentos juntados e as alegações das partes para o pronto desate do litígio.

De início, assenta-se que é caso de se reconhecer a ilegitimidade passiva da ré **Aleide Moreira da Silva**.

O autor fundamenta suas pretensões no contrato de venda e compra de veículo celebrado com o réu **Marcelo Benedito dos Santos**. Ainda, deduz pedidos condenatórios contra o réu **Francisco Carlos Isaac**, na medida em que teria contratado este (advogado) para ajuizamento de ação de busca e apreensão do mesmo veículo objeto do negócio, cuja posse teria sido perdida após uma briga entre ele e sua ex-namorada, tendo ele abandonado a coisa.

O autor justificou a inclusão da ré no polo passivo por ter sido ela

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

destinatária de alguns depósitos realizados para pagamento de parte do preço devido ao réu Marcelo, nos termos do contrato entre eles celebrado para aquisição do veículo mencionado na petição inicial.

Entretanto, esta ré não ostenta pertinência subjetiva para a causa, pois não é titular de relação jurídica em relação a qualquer uma das partes, seja o autor ou os demais demandados. Ela não figurou como parte nesse contrato de venda e compra celebrado entre o autor e o primeiro réu e o fato de ter sido destinatária dos depósitos mencionados não a torna responsável pela restituição das quantias e a indenização por dano moral postuladas na petição inicial.

As confusas tentativas do autor de justificar a manutenção dela no polo passivo são infundadas e não merecem ser acolhidas. Sequer se compreende, com exatidão, qual seria o pedido do autor em face dessa ré e com base em qual causa de pedir. A rigor, seria caso de indeferimento da petição inicial e extinção parcial do processo, sem exame do mérito. Porém, é possível desde logo o reconhecimento da ilegitimidade de parte, culminando no mesmo resultado.

As reconvenções apresentadas pelos réus **Aleide Moreira da Silva** e **Marcelo Benedito dos Santos** não podem ser processadas, sendo de rigor a extinção sem apreciação do mérito.

A ré, conforme já mencionado, não é parte legítima para esta demanda. Logo, inexistiria conexão com a ação principal ou com fundamento da defesa, que justificasse o processamento desta demanda secundária, conforme exige o artigo 343, *caput*, do Código de Processo Civil.

Mas, além disso, percebe-se que ambas as reconvenções foram deduzidas sem a mínima descrição da causa de pedir ou do pedido, deixando-se de atribuir, inclusive o valor da causa. O pedido reconvenicional deve observar os mesmos requisitos da petição inicial, naquilo que for aplicável, é claro. Inclusive, deve haver atribuição do valor da causa pelo reconvinte (CPC, arts. 319 e 292), sendo necessário ainda o recolhimento de custas iniciais.

Ambos os réus reconvintes deixaram de se atentar para estes requisitos mínimos de admissibilidade do pleito reconvenicional (vide fls. 129 e 138), sem contar a ilegitimidade da ré e a falta de conexão com a ação principal. Isso levaria, de um jeito ou de outro, à impossibilidade de processamento das reconvenções e por isso elas deverão ser


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

extintas sem apreciação do mérito.

No mérito propriamente dito, os pedidos do autor são improcedentes. Por isso, deixa-se de apreciar as demais preliminares arguidas, aplicando-se o artigo 488, do Código de Processo Civil: *Art. 488. Desde que possível, o juiz resolverá o mérito sempre que a decisão for favorável à parte a quem aproveitaria eventual pronunciamento nos termos do art. 485.*

O autor descreveu na inicial ter comprado do primeiro réu (Marcelo Benedito dos Santos) o veículo Gol 1.6, cor preta, placas DIW 4948, mediante dação em pagamento de um veículo de sua propriedade, R\$ 5.000,00 em dinheiro e mais 36 parcelas de R\$ 390,00.

Alegou que após ter perdido a posse desse veículo em uma discussão com sua ex-namorada, procurou o vendedor (pois o veículo – segundo ele alegou – estava em nome dessa pessoa, o que se constata não ser verdadeiro, conforme fls. 19 e 49) e este lhe obrigou a contratar um advogado, o terceiro réu (Francisco Carlos Isaac) para ajuizamento de uma ação de busca e apreensão.

Percebeu, no entanto, que o primeiro réu já havia recuperado a posse do veículo, tendo este se negado a lhe restituir. Em contato com o advogado por ele pago para o ajuizamento da ação (o terceiro réu), este disse que o ajuizamento da ação foi desnecessário e que o veículo permaneceria com o primeiro réu (conforme inicial – fl. 4, primeiro parágrafo).

Essa situação é que ensejou o ajuizamento desta demanda, ao menos nos termos da inicial. Desse fato de retomada da posse do veículo pelo primeiro réu, quando teria ocorrido a venda ao autor, a quem interessava a manutenção do negócio, e a posterior contratação do terceiro réu para ajuizamento de ação de busca e apreensão desse veículo para a restituição ao dono (comprador), é que o autor deduziu seus pedidos contra ambos os demandados.

Porém, é certo que o autor, nos autos do processo nº 1007432-48. 2016.8.26.0566, que tramitou perante a Vara do Juizado Especial Cível desta comarca, celebrou acordo com o primeiro réu (autor daquela demanda), concordando com a manutenção do veículo na posse deste último, rescindindo-se o contrato entre eles firmado (aquele informado nesta demanda), permanecendo isento do pagamento de multa contratual ou despesas. Referido acordo foi homologado por aquele juízo (fl. 64) e houve o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

trânsito em julgado da respectiva sentença (fl. 67).

Por aí já se vê que é manifesta a improcedência do pedido do autor, bem como sua má-fé na propositura desta demanda. A violação aos princípios mais elementares do processo civil e do direito contratual foram olvidados pelo autor ao ter ajuizado esta ação.

A inicial omitiu a celebração desse acordo na Vara do Juizado Especial Cível. A peça vestibular desse processo onde o autor celebrou o acordo menciona que ele é que teria caído em inadimplência, o que legitimou a propositura daquela ação de rescisão de contrato com pedido de busca e apreensão (fls. 41/45), providência deferida pelo juízo competente (fl. 51).

Ora, se o autor celebrou acordo com o primeiro réu naquela ação do Juizado Especial, como pode, agora, adotar comportamento contraditório a essa conduta inicial, como se nada daquilo tivesse ocorrido? O pior é que o próprio autor não questiona a celebração desse acordo e apresenta um fundamento sem lógica para a invalidade daquela transação.

Veja-se que na réplica aqui apresentada ele alega o seguinte: *O documento de fls. 60/61 revela que o Autor aceita entregar o veículo para o Primeiro Requerido nos autos do processo proposto no JEC (Rescisão de contrato). Nota-se nesse documento um NÚMERO GRANDE DE ESPAÇOS entre uma linha e outra e entre um parágrafo e outro, ficando a assinatura do Autor (Luciano) na segunda página, demonstrando que ele não pretendia assinar a devolução do veículo. É necessária a realização de perícia técnica nesse documento, para avaliar os espaçamentos contidos e os desalinhamentos entre uma folha e outra.* (fl. 89).

Essa tentativa de invalidar aquele ato processual – homologado pelo juízo, relembre-se – afronta os mais mezinhos deveres de lealdade e boa-fé impostos aos litigantes. Primeiro, porque sequer constou este fato da petição inicial e, segundo, pois pretender a produção de prova pericial num acordo já celebrado e homologado em juízo, sem que o autor negue a assinatura em referida peça processual se traduz em conduta inadmissível.

Dentro de todo esse contexto, seria impossível acolher os pedidos do autor porque baseados em negócio já rescindido e cujos efeitos foram estabelecidos entre as partes por meio de transação homologada em juízo, cuja sentença está qualificada pela



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

coisa julgada (fl. 67).

Como consequência, não podem também ser acolhidos os pedidos deduzidos pelo autor contra o terceiro réu (advogado). É certo que este explicou que o recibo de fl. 26 foi dado ao autor em razão da celebração do acordo na ação do Juizado Especial Cível, na medida em que este anuiu em pagar parte de seus honorários em virtude de danos existentes no veículo apreendido após a ordem judicial de busca e apreensão emitida naqueles autos.

Embora o recibo tenha data anterior ao referido pacto (vide fls. 26 – 06.06.2016 e 60/61 – 29.06.2016) é incontestável a celebração dessa transação e o acertamento das partes em relação ao contrato objeto do litígio. Seria, então, ilógico condenar o terceiro réu ao pagamento da restituição e indenização por danos morais postuladas pelo autor quando o negócio que deu causa a estas pretensões foi extinto por conveniência dos próprios contratantes.

Outrossim, nas réplicas apresentadas pelo autor, em especial aquela de fls. 176/185, vê-se clara alteração dos limites objetivos da demanda, alegando-se, por exemplo, descaracterização do negócio por inclusão implícita de juros, mencionando-se ainda outros negócios das partes que não guardam relação com a causa de pedir descrita na inicial, tudo a evidenciar a tentativa do autor de explicar o inexplicável, pois fundamental é o seguinte: as partes celebraram contrato de venda e compra de um veículo; foi ajuizada uma ação no Juizado Especial Cível em razão do inadimplemento do autor (réu naquela demanda) – fls. 147/151; o bem foi restituído ao vendedor (primeiro réu desta ação e autor daquela) e houve a celebração de um acordo, rescindindo-se o contrato; a transação foi homologada pelo juízo e a sentença transitou em julgado.

Por isso, esse comportamento anterior do autor não legitima que ele, agora, se volte contra os réus na tentativa de que se desconsidere um negócio alcançado pela coisa julgada própria da sentença homologatória. Apenas não se reconhece a extinção por esse fundamento porque parte dos pedidos desta demanda são diversos, mas de todo modo não é dado ao autor rediscutir a rescisão desse contrato de venda e compra que ele celebrou com o primeiro réu.

Ficou bem claro, em todo este cenário, que o autor violou os deveres de lealdade e boa-fé processuais, tendo alterado a verdade dos fatos, na medida em que omitiu a relevante informação, na petição inicial, sobre o acordo antes celebrado com o primeiro



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

réu, o que já obstaría sua pretensão. Logo, ele incorreu na conduta prevista no artigo 80, inciso II, do Código de Processo Civil.

Por isso, fixa-se multa por litigância de má-fé, consistente em 5% do valor corrigido da causa, observada a tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo, a partir do ajuizamento da ação, sem condenação, entretanto, ao pagamento de qualquer indenização de ordem material, ressalvados os ônus de sucumbência, à falta de demonstração de efetivo prejuízo. O valor apurado será devido aos três réus, na proporção de um terço para cada.

Por fim, esclareça-se que, a rigor, o indeferimento das reconvenções, com a consequente extinção sem apreciação do mérito, daria ensejo à condenação dos réus reconvincentes aos ônus sucumbenciais. No entanto, como estas pretensões secundárias sequer chegaram a ser devidamente processadas, descabe a fixação desses ônus, principalmente porque não se constatou trabalho adicional do advogado do autor, uma vez que não foi necessária a apresentação de contestação às reconvenções apresentadas pelos réus reconvincentes.

Ante o exposto:

I – julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, em relação à ré Aleide Moreira da Silva, por ilegitimidade de parte, com fundamento no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil; condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais respectivas, além de honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil, respeitado o disposto no artigo 98, § 3º, do mesmo diploma legal, em razão da gratuidade de justiça deferida à parte autora;

II – indefiro o processamento e julgo extintas, sem resolução do mérito, as reconvenções apresentadas pelos réus Aleide Moreira da Silva e Marcelo Benedito dos Santos, com fundamento no artigo 485, incisos I e VI, do Código de Processo Civil; sem condenação dos réus reconvincentes aos ônus da sucumbência, nos termos da fundamentação;

III – julgo improcedentes os pedidos deduzidos contra os réus Marcelo Benedito dos Santos e Francisco Carlos Isaac, extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil;


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

condeno o autor ao pagamento das despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, para cada um dos réus, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil, respeitado o disposto no artigo 98, § 3º, do mesmo diploma legal, em razão da gratuidade de justiça; condeno o autor, ainda, ao pagamento de multa por litigância de má-fé, arbitrada em 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa, de acordo com o artigo 81, *caput*, do mesmo diploma legal. O valor apurado será devido aos três réus, na proporção de um terço para cada.

Consigno que, nos termos do artigo 98, § 4º, do Código de Processo Civil, *a concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.*

Retifique-se no sistema informatizado o nome da ré conforme constou da contestação (fl. 126).

Os réus, à exceção do advogado em causa própria, deverão recolher a taxa de mandato (guia DARE-SP, código 304-9), em 05 (cinco) dias.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 08 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**